

“CAUTELA COM OS AMORES”. DECLARAÇÕES DO CARDEAL DE LISBOA VISTAS PELA IMPRENSA PORTUGUESA

TERESA TOLDY*

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (PORTO)

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo: O Cardeal Patriarca de Lisboa, numa tertúlia ocorrida em 2009, teceu considerações sobre o casamento de mulheres portuguesas com muçulmanos e sobre o diálogo com estes. A imprensa portuguesa fez eco destas afirmações, acentuando, fundamentalmente, a questão do casamento, bem como da “situação das mulheres muçulmanas”. O presente artigo procede a uma leitura crítica de notícias de jornal, bem como de artigos de opinião e de um editorial sobre o assunto, recorrendo às ferramentas de análise da estrutura textual propostas por Teun van Dijk e por Michelle Lazar. A análise apresentada visa tornar visível a lógica de oposição entre “nós” e “eles”, presente nos textos e focalizada na questão das mulheres muçulmanas, bem como argumentações representativas do “feminismo hegemónico”.

Palavras-chave: muçulmanos, casamento, mulheres, diálogo, feminismo.

*... the issue of Muslim women,
a “fantasy within the fantasy”*

Geisser (2004: 45)

INTRODUÇÃO

D. José Policarpo, Cardeal Patriarca de Lisboa, foi o convidado da tertúlia "125 minutos com Fátima Campos Ferreira", decorrida no Casino da Figueira da Foz, no dia 14 de janeiro de 2009. O jornal *Expresso* reproduziu a seguinte notícia da Agência Lusa sobre o acontecimento:¹

* Agradeço o contributo do António Marujo para a elaboração deste texto, nomeadamente, no que diz respeito ao esclarecimento de aspetos relacionados diretamente com o jornalismo.

¹ Existe um registo de som e imagem de alguns excertos destas declarações: <http://www.youtube.com/watch?v=9xAZokwSI7I> (consultado no dia 17 de janeiro de 2013). Trata-se de um discurso em contexto de diálogo com a jornalista e com a plateia, e não de uma conferência, o que poderá contribuir para explicar o entrecortado das frases. Não foi possível aceder às declarações na sua forma completa, visto não estarem disponíveis nem gravações integrais da tertúlia, nem transcrições. O facto de

O Cardeal Patriarca de Lisboa surpreendeu na noite de terça-feira o auditório do Casino da Figueira da Foz ao advertir as jovens portuguesas para o "monte de sarilhos" de se casarem com muçulmanos.

Falando na tertúlia "125 minutos com Fátima Campos Ferreira", que decorreu no Casino da Figueira da Foz, D. José Policarpo deixou um conselho às jovens portuguesas quanto a eventuais relações amorosas com muçulmanos, afirmando: "Cautela com os amores. Pensem duas vezes em casar com um muçulmano, pensem muito seriamente, é meter-se num monte de sarilhos que nem Alá sabe onde é que acabam."

Questionado por Fátima Campos Ferreira se não estava a ser intolerante perante a questão do casamento das jovens com muçulmanos, D. José Policarpo disse que não.

"Se eu sei que uma jovem europeia de formação cristã, a primeira vez que vai para o país deles é sujeita ao regime das mulheres muçulmanas, imagine-se lá", ripostou D. José Policarpo à jornalista e anfitriã da tertúlia, manifestando conhecer "casos dramáticos" que, no entanto, não especificou.

Na sua intervenção, o Cardeal Patriarca de Lisboa considerou "muito difícil" o diálogo com os muçulmanos em Portugal, observando que o diálogo serve para a comunidade muçulmana demarcar os seus espaços num país maioritariamente católico.

"Só é possível dialogar com quem quer dialogar, por exemplo com os nossos irmãos muçulmanos o diálogo é muito difícil", disse D. José Policarpo durante a tertúlia.

Respondendo a uma pergunta da anfitriã sobre se o diálogo inter-religioso em Portugal tem estado bem acautelado, o Cardeal Patriarca sublinhou que, no caso da comunidade muçulmana, "estão-se a dar os primeiros passos".

"Mas é muito difícil porque eles não admitem sequer [encarar a crítica de que pensam]² que a verdade deles é única e é toda", sustentou.

Sublinhou ainda que o diálogo serve para os muçulmanos, num país maioritariamente católico, "como fazem os lobos na floresta, demarcarem os seus espaços e terem os espaços que eu lhes respeito".

Mais tarde, quase no final de mais de duas horas de conversa e respondendo, na altura, a uma pergunta da assistência sobre a presença muçulmana na Europa,

não haver acesso a um registo integral das afirmações do Cardeal constitui o obstáculo à análise discursiva das mesmas. É óbvio que estas declarações seriam alvo direto do presente texto, caso existisse um registo completo. Na ausência deste registo, optei por uma análise de material jornalístico gerado em torno das mesmas.

² A expressão que se encontra entre parênteses retos foi acrescentada pela Agência Lusa, visto que a frase, no seu original, não faz sentido, como se pode verificar no registo áudio e vídeo já mencionado.

lembrou que a comunidade muçulmana de Lisboa representa cerca de 100 mil fiéis "centrados à volta de três grandes mesquitas" e definindo as relações com o Patriarcado como "habitualmente boas e muito simpáticas".

No entanto, e noutro registo, alertou para a necessidade de existir "respeito e conhecimento" sobre a religião muçulmana enquanto "primeira atitude fundamental" para o diálogo.

"Nós somos muito ignorantes, queremos dialogar com muçulmanos e não gastámos uma hora da nossa vida a perceber o que é que eles são. Quem é que em Portugal já leu o Alcorão?", inquiriu.

"Se queremos dialogar com muçulmanos temos de saber o bê-a-bá da sua compreensão da vida, da sua fé. Portanto, a primeira coisa é conhecer melhor, respeitar", acrescentou D. José Policarpo.

Outra atitude a praticar na relação com os muçulmanos, sublinhou o Cardeal Patriarca é "não ser ingénuo", afirmação que ilustrou com a visão que alegadamente possuem de que o sítio onde se reúnem para rezar "fica sempre deles".

"Os muçulmanos têm uma visão na sua religião que o sítio onde se reúnem para rezar fica na posse deles, é o sítio onde Alá se encontrou com eles portanto mais ninguém pode rezar naquele sítio", disse D. José Policarpo.

Lembrou, a propósito, um "problema sério" ocorrido na Catedral de Colónia, na Alemanha, cedida pelo Cardeal da cidade à comunidade muçulmana local para uma cerimónia no Ramadão.

"Depois consideravam a Catedral posse deles, foi preciso a intervenção da polícia para resolver aquilo [...] Não sejamos ingénuos na maneira de trabalhar com eles", argumentou.

Estas declarações, amplamente difundidas nos meios de comunicação social, provocaram polémica, dando azo a notícias, artigos de opinião e editoriais de jornais. No entanto, apesar de, imediatamente após o acontecimento, os jornais terem transcrito na íntegra (salvo o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*) a notícia tal como saiu da Agência Lusa, a expressão "cautela com os amores" e as frases que se lhe seguiram ("Pensem duas vezes antes de casarem com um muçulmano. Pensem muito seriamente. É meter-se num monte de sarilhos. Nem Alá sabe onde é que acabam") acabaram por constituir o foco das atenções noticiosas.

O tema do casamento com/de muçulmanos é recorrente na imprensa, no contexto de peças sobre as comunidades muçulmanas na Europa, ainda que apareça associado mais frequentemente ao tópico dos "casamento forçados" (cf. por exemplo, Ehrkamp, 2010;

Joseph e D’Harlingue, 2012; Navarro, 2010; Fundación Trés Culturas del Mediterráneo, 2010; Sian, Law e Sayyid, 2012; Macdonald, 2006; Fekete, 2008). A menção a este tema insere-se, muitas vezes, na lógica que Razack (2004) sumaria no próprio título de um artigo da sua autoria (“Imperilled Muslim Women, Dangerous Muslim Men and Civilised Europeans”) e que consiste em argumentar a necessidade de uma intervenção ocidental, “civilizadora”, em espaços culturais nos quais as mulheres, supostamente, são brutalizadas por homens que não são capazes de se comportar de outra maneira, pelo facto de serem muçulmanos. De acordo com esta visão estereotipada, as mulheres islâmicas são representadas como “as pessoas talvez mais dignas de dó do planeta e como vítimas de uma religião patriarcal e opressiva: o Islão” (Hasan, 2012: 59).

Importa, pois, analisar a forma como o “mote” (“Pensem duas vezes antes de casarem com um muçulmano”), dado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e selecionado pelos jornais como central, foi tratado e como se enquadra no contexto das peças sobre as declarações do prelado católico, bem como importa verificar se o material abordado reflete ou não uma estratégia de invocação dos direitos das mulheres para reforçar a linha que separa um “nós” (ocidental) de um “eles” (não-ocidentais, “não-civilizados”).

Socorrer-me-ei nesta leitura das ferramentas de análise crítica do discurso, tanto na perspectiva de Teun van Dijk, como na perspectiva feminista, sobretudo, a partir de Michelle M. Lazar (2007). O *corpus* será constituído pelas notícias da Agência Lusa (AL) (transcritas no jornal *Expresso* - EXP) e por textos dos jornais *Correio da Manhã* (CM), *Jornal de Notícias* (JN), *Diário de Notícias* (DN), *Público* (P) e *Expresso* acedidos através das respetivas páginas online. Serão analisadas notícias destes jornais sobre as afirmações do Cardeal Patriarca na tertúlia “125 minutos com Fátima Campos Ferreira”; a reação das comunidades islâmicas em Portugal às declarações do Cardeal; a reação da Conferência Episcopal Portuguesa, através do seu presidente; a reação da Conferência Episcopal Portuguesa através do seu porta-voz. Serão ainda analisados três artigos de opinião e um editorial do jornal *Expresso*.

1. CONTRIBUTO DA ANÁLISE DISCURSIVA

Segundo van Dijk (2001: 352) a análise crítica do discurso estuda as formas como “os abusos de poder social, a dominação e a desigualdade se criam, reproduzem e resistem no texto e na fala em contexto social e político” (*ibidem*). Como tal, a análise crítica do discurso identifica e procura explicitar as desigualdades escondidas e veiculadas (muitas vezes, de forma sub-reptícia) nos diversos tipos de discurso. Significa isto também que esta análise está “explicitamente consciente” do papel social dos discursos, focando-se, portanto, sobretudo em “problemas sociais e em questões políticas (2001: 353). A análise crítica do discurso procura explicar as estruturas discursivas do ponto de vista das

propriedades da interação social e, sobretudo, da estrutura social” (*ibidem*), reconhecendo o papel que o poder tem na mesma. Assim, van Dijk define o poder social em termos de capacidade e possibilidade que determinado grupo tem de exercer controlo sobre outros grupos. Do seu ponto de vista, esta capacidade pressupõe um acesso privilegiado a recursos sociais, como “a força, o dinheiro, o estatuto, a fama, o conhecimento, a informação, a ‘cultura’” (van Dijk, 2001: 355), ou a diversas formas de discurso ou comunicação pública. A dominação de classe, o sexismo e o racismo constituem, para van Dijk, exemplos daquilo que, segundo a definição de Gramsci (*apud* van Dijk: *ibidem*), se pode classificar como formas de “hegemonia”. Esta pressupõe que o poder do grupo dominante se integra em “leis, regras, normas, hábitos” (*ibidem*), gerando um consenso geral, portanto, podendo passar despercebido, porque naturalizado.

Este conceito de poder hegemónico “naturalizado” é igualmente relevante para a perspectiva feminista da análise crítica do discurso, que pretende “mostrar as formas complexas, subtis e, por vezes, não subtis, como pressupostos de género e relações de poder hegemónicas tomados frequentemente como adquiridos são produzidos, sustentados, negociados e desafiados em contextos e comunidades diferentes” (Lazar, 2007: 142). A análise crítica do discurso em chave feminista visa, pois, uma abordagem crítica aos discursos que sustentam uma ordem social patriarcal, na qual as mulheres, enquanto grupo social, são subalternas. Uma das características dos discursos patriarcais hegemónicos consiste precisamente no facto de, muito frequentemente, não parecerem nem aparecerem como tal: muitas vezes, parecem ser “consensuais e aceitáveis para a maioria, numa comunidade” (*ibidem*: 147). Este “consenso” e a perpetuação da relação de dominação apoiam-se em estratégias discursivas que procuram tornar as formas de submissão algo “natural” e do “senso-comum”.

Tanto Lazar como van Dijk estão cientes da existência de articulações entre as diversas formas de discurso hegemónico. Para o segundo, esta hegemonia, quando assume a forma de racismo, constitui um “sistema complexo de desigualdades sociais e políticas” que excluem aqueles que são definidos como “outros ‘racializados’ ou ‘definidos etnicamente’” (van Dijk, 2001: 362). Para a primeira, a hegemonia de género cruza-se com outras “categorias de identidade social”, incluindo “a sexualidade, a etnicidade, a idade, a deficiência, a posição social e de classe e a localização geográfica” (Lazar, 2007: 141).

Estamos, pois, perante projetos de análises discursivas complexas, nas quais se cruzam relações de poder baseadas em assimetrias étnicas, de género, de classe, de cultura. Segundo Lazar, o reconhecimento da existência de diferentes e diversos mecanismos de poder implica, também, o reconhecimento de que diferentes formas de relações assimétricas podem ter consequências diferentes para grupos diferentes de

mulheres. Como tal, uma análise crítica do discurso em chave feminista deve “sugerir uma perspectiva que é implicitamente comparativa, mais do que universalizante, e atenta aos aspetos discursivos das formas de opressão e de interesses que dividem tanto quanto unem grupos de mulheres” (Lazar, 2007: 149). Neste sentido, a análise feminista do discurso deverá aperceber-se criticamente das relações existentes entre grupos de mulheres, estudando as formas de solidariedade que poderão existir entre elas, face a determinada forma de discriminação, mas também as formas como as mulheres podem ser cúmplices de culturas androcêntricas, “ajudando a perpetuar atitudes e práticas sexistas contra outras mulheres” (*ibidem*: 150).

O reconhecimento da existência de múltiplas formas de articulação entre as assimetrias de género e as diversas relações de poder constitui, aliás, também, um dado adquirido para análises discursivas feministas pós-coloniais, que criticam a certas formas de “feminismo ocidental” a adoção de estratégias discursivas relativamente a “mulheres do Terceiro Mundo” que reproduzem uma hegemonia colonial. Segundo Mohanty (1991), por exemplo, os discursos feministas ocidentais acerca das mulheres do Terceiro Mundo possuem categorias de análise fixas, rígidas e universalizantes que passam por seis afirmações generalizadoras: as mulheres são vítimas da violência masculina; as mulheres são universalmente dependentes; as mulheres são encaradas como sujeitos político-sexuais (tratadas como um grupo homogéneo, sujeito a estruturas de parentesco que determinam a sua existência); as estruturas familiares dessas mulheres são sempre as mesmas, independentemente das culturas a que pertencem; as ideologias religiosas são sempre opressoras das mulheres; as mulheres do Terceiro Mundo têm sempre necessidades e problemas, mas nunca ou quase nunca têm possibilidade de fazer escolhas ou de agir livremente.

A comunicação social também reproduz estes esquemas retóricos hegemónicos. Nas palavras de van Dijk (2009: 150): “os média medeiam entre o texto e o contexto”. Não só reproduzem o pensar e agir do contexto do qual resultam, como produzem modelos de pensamento e ação, intervindo, assim, sobre o seu contexto (cf. van Dijk, 1995). Pode, portanto, dizer-se que os meios de comunicação reproduzem e produzem pensamentos hegemónicos, que, ao serem assimilados pelos leitores, resultarão, novamente, em pensamentos e asserções hegemónicas, porque supostamente consensuais.

A análise da estrutura e das estratégias dos média constitui, pois, uma forma eficaz, do ponto de vista de van Dijk (2006), de fazer emergir ao nível micro (de um texto noticioso, de um editorial, de um artigo de opinião) a perspectiva que um grupo dominante tem, em determinada sociedade, sobre o grupo dominado. No caso aqui analisado, procurar-se-á que a análise do corpus textual já referido faça emergir aquilo que Martín Muñoz (2005: 206) designa como “um paradigma cultural consensual”, forjado pelas

sociedades ocidentais, acerca do “‘Oriente’ árabe e muçulmano, baseado numa interpretação culturalista das sociedades islâmicas, explicado a partir de uma perspetiva essencialista e etnocêntrica” (*ibidem*), na qual, como diz Kassam (2008: 71): “Muslim women have become media darlings”.

Van Dijk propõe que a análise estrutural dos textos se concentre nas estratégias e nos elementos presentes nos mesmos que podem constituir instrumentos manipuláveis e manipuladores. Do seu ponto de vista, apesar de a análise crítica se concentrar, antes de mais, “nas categorias contextuais” (*ibidem*) do discurso, mais do que nas suas estruturas textuais, um dos seus aspetos fundamentais está relacionado com a identificação da “estrutura dos títulos, dos leads, da organização temática, da presença de um enquadramento explicativo da informação, do estilo e, especialmente, da selecção dos tópicos que se considera valer a pena noticiar” (van Dijk, 1991: 41). No caso do material que pretendemos analisar, espera-se que esta análise estrutural faça emergir o icebergue da manipulação dos direitos das mulheres islâmicas a favor de um discurso de demarcação entre “nós” e “eles”.

2. ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DA AFIRMAÇÃO “CAUTELA COM OS AMORES” NO MATERIAL ANALISADO

Apesar da concentração das notícias, editoriais e artigos de opinião relacionados com as afirmações do Cardeal Patriarca de Lisboa na tertúlia “125 minutos com Fátima Campos Ferreira” na sequência de frases iniciada com a expressão “cautela com os amores”, como já referido, esta é inserida em peças cujas referências às outras declarações cardinalícias importa analisar, uma vez que o seu conteúdo contribui para enquadrar o enfoque no aviso contra casamentos com muçulmanos. Refiro-me, concretamente, às notícias relativas às reações das comunidades islâmicas em Portugal e da Conferência Episcopal Portuguesa, através do seu presidente e do seu porta-voz. O mesmo acontece com os artigos de opinião e com o editorial que analisaremos.

2.1. TÍTULOS

Segundo van Dijk (1991), os títulos: expressam o tópico principal da notícia. Podem enviesar o processo de compreensão da mesma, já que sumarizam aquilo que o jornalista considera mais importante e, como tal, implicam uma margem de subjetividade. Funcionam também como auxiliares de memória, isto é, ficam na memória como o assunto fundamental da notícia. As palavras escolhidas para o título não só “exprimem a definição da situação, como também assinalam as opiniões sociais e políticas que o jornal tem acerca dos acontecimentos” (1991: 53). Portanto, os títulos não só sumarizam, como avaliam.

Os títulos das notícias sobre as declarações do Cardeal referem-se todos às afirmações relativas ao casamento com muçulmanos. O EXP, o JN e o CM apresentam no título a expressão do Cardeal: “montes de sarilhos”. O título do JN e do EXP é igual, o que faz supor uma fonte comum, provavelmente, a AL: “Cardeal Patriarca alerta jovens portuguesas para ‘montes de sarilhos’ de casarem com muçulmanos”. O P opta por deixar cair a expressão “montes de sarilhos” e titula apenas: “Cardeal Patriarca alerta portuguesas para riscos de casamentos com muçulmanos”. Por seu turno, o CM apresenta um título e um subtítulo: “Casar com muçulmanos é ‘monte de sarilhos’. Cardeal Patriarca de Lisboa alerta jovens”. Observa-se, pois, que todos os títulos enfatizam a declaração de que casar com muçulmanos constitui um risco, “um monte de sarilhos”. O CM reforça a ideia, ao apresentá-la como afirmação: “Casar com muçulmanos é ‘monte de sarilhos’”. De facto, enquanto os outros jornais citam explicitamente o Cardeal (“Cardeal Patriarca alerta...”), o CM afirma que casar com muçulmanos é um “monte de sarilhos” e, em subtítulo, legitima a afirmação: é o Cardeal que o diz. Todos os jornais referidos utilizam no título o verbo: “alertar”. O DN trabalha a peça de uma outra forma, como veremos mais adiante. O título escolhido é o seguinte: “Muçulmanos chocados com patriarca” (portanto, a notícia já engloba a declaração da Comunidade Islâmica de Lisboa).

A univocidade nos títulos começa a perder-se nas notícias seguintes, relativas às diversas reações às declarações do Cardeal. Assim, o EXP e o P, na notícia sobre a reação da Comunidade Islâmica de Lisboa, adotam o mesmo título (fazendo supor, mais uma vez, uma fonte comum – a AL, provavelmente): “Comunidade Islâmica ‘magoada’ com D. José Policarpo”, enquanto o JN, o DN e o CM, em peças que trabalham conjuntamente a reação da Comunidade Islâmica, do porta-voz da Conferência Episcopal e do seu Presidente escolhem como títulos, respetivamente: “Conselho do patriarca surpreende muçulmanos” (JN), “Muçulmanos chocados com o patriarca (em subtítulo: “Comunidade Islâmica reage com muita ponderação”) e “D. José fala em diálogo difícil com muçulmanos. Bispos unidos no apoio ao Patriarca”. Notar-se-á a passagem da referência à “Comunidade Islâmica” para a referência aos “muçulmanos”, bem como a diferença entre “magoada” e “chocada” (ainda que “com ponderação”). O CM opta por um título que acentua a dificuldade do diálogo com muçulmanos e a ideia de uma “união em torno do Patriarca”, como se houvesse lados opostos. Note-se ainda que os jornais que optaram por sintetizar as diversas reações numa peça só optam por títulos relacionados com “os muçulmanos”. Por seu turno, o EXP e o P intitulam a peça sobre a reação da Conferência Episcopal dos seguintes modos (com acentuações opostas), respetivamente: “Conferência Episcopal diz que é ‘justo conselho’” (referindo-se à

“advertência” contra casar com muçulmanos”) e “Conferência Episcopal garante que Igreja ‘não tem nada contra’ casamentos inter-religiosos” (P).

Por seu turno, os artigos de opinião analisados apresentam também uma maior variedade nos títulos: dois deles referem-se à questão do casamento com um muçulmano, dois outros, não. O Editorial de HM-EXP também não inclui essa referência. Veremos, contudo, que este material também se centra nessa questão.

2.2. SEQUÊNCIA DOS TÓPICOS DAS NOTÍCIAS

A seleção dos tópicos depende da subjetividade do jornalista. E, tal como acontece com os títulos, estes tópicos serão aqueles que terão mais probabilidade de ficar na mente dos leitores. Segundo van Dijk (1991), mais do que a sequência cronológica, o que é relevante nas notícias é a sequência de importância. As notícias são estruturadas de forma a que os temas considerados mais importantes apareçam primeiro. Van Dijk (1991) utiliza a imagem de uma pirâmide para se referir à forma como uma notícia é apresentada num texto. Assim, de cima para baixo, aparece, ao cimo, aquilo que é considerado mais importante e, depois, à medida que o texto vai avançando, tópicos mais específicos e subtópicos, até chegarmos ao nível detalhado, na base da pirâmide.

A primeira notícia sobre o assunto, difundida pela AL e transcrita pelo EXP, o JN e o P, apresenta uma sequência das afirmações do Cardeal que não corresponde à sequência original, como se pode verificar no excerto disponível no youtube.³ Assim, segundo este registo sonoro, o Cardeal ter-se-á referido primeiro às “dificuldades” no “diálogo com os muçulmanos em Portugal” e a toda a sequência sobre o tema, que termina com a comparação destes com os “lobos na floresta”, e só depois terá feito a afirmação que se tornou manchete: “Cautela com os amores. Pensem duas vezes em casar com um muçulmano, pensem muito seriamente, é meter-se num monte de sarilhos que nem Alá sabe onde é que acabam”. O registo sonoro parcial não permite reconstituir a sequência das restantes declarações, pelo que teremos aqui apenas em conta este facto: a referência ao casamento com os muçulmanos é posterior à afirmação da dificuldade de diálogo e da comparação dos muçulmanos com lobos.

A inversão da sequência verificável das declarações é reveladora daquilo que a AL e, subsequentemente, os jornais que a citaram, bem como aqueles que optaram por apresentar sínteses das diversas notícias, consideraram ser de maior destaque: a questão do casamento, que aparece sempre como primeiro tópico das notícias sobre as declarações do Cardeal e sobre as reações às mesmas. Assim, a notícia da AL, divulgada no EXP e no P, relativa à reação da Comunidade Islâmica de Lisboa apresenta a seguinte sequência de tópicos: no início, diz-se que a Comunidade ficou “magoada”

³ <http://www.youtube.com/watch?v=9xAZokwSI7I> (consultado a 15.01.2013).

com as palavras do Cardeal que “advertiu as jovens portuguesas para o ‘monte de sarilhos’ de se casarem com muçulmanos”. A apresentação do comunicado da Comunidade Islâmica começa no segundo parágrafo da notícia, depois desta referência inicial. O comunicado acentua a existência de “relações fraternas e cordiais” e de um “diálogo frutífero” entre “as duas religiões em Portugal”. Volta a mencionar-se que a Comunidade está magoada. Diz-se ainda que o presidente da Comunidade Islâmica, Abdool Vakil, pensa que as declarações do Cardeal devem ser lidas como “uma chamada de atenção para o necessário respeito pelas diferenças”. Menciona-se que Vakil afirmou que o diálogo “não será necessariamente uma dificuldade quando estão em causa cidadãos do mesmo país, que, embora professando religiões diferentes, partilham da mesma cultura e interagem na mesma sociedade”. Refere-se que Vakil lamenta que em Portugal ainda exista “uma grande ignorância do outro em relação à religião islâmica”. O comunicado não faz qualquer referência à questão do casamento.⁴ Contudo, ela surge novamente, quando a AL, no fim da notícia, faz um resumo do acontecido no Casino da Figueira. Depois desta repetição, a peça termina com as palavras de D. José acerca da dificuldade no diálogo. Poder-se-á dizer que, para além da prioridade dada à questão do casamento (que não se encontra no comunicado da Comunidade Islâmica), se considera também relevante frisar a dificuldade do diálogo, apesar de o comunicado em causa acentuar que tal não será “necessariamente uma dificuldade”.

A notícia da AL, citada pelo EXP, relativa à reação do Padre Manuel Morujão, porta-voz da Conferência Episcopal, centra-se, mais uma vez, na questão da “advertência” contra o casamento com muçulmanos. O porta-voz considera ser “um conselho de imprescindível realismo”. Só no quarto parágrafo são referidas as “dificuldades do diálogo, concretamente, com os muçulmanos”. A referência ao “monte de sarilhos” aparece, novamente, no antepenúltimo parágrafo da notícia.

Valerá a pena analisar a sequência dos tópicos das notícias dos jornais que optam por apresentar uma síntese das diversas reações, sendo que se reserva a análise do seu conteúdo para o ponto seguinte (2.3). Assim, o DN começa por destacar a frase: “Casar com um muçulmano ‘é meter-se num monte de sarilhos...’”. Em seguida, noticia as reações da comunidade islâmica. No quarto parágrafo, refere a reação do SOS Racismo, seguida de referência à reação da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. Continua referindo as declarações de Fernando Soares Loja (citado como membro da Aliança Evangélica Portuguesa) e, depois, as do Padre Peter Stilwell, responsável pelo Departamento das Relações Ecuménicas e do Diálogo Inter-religioso. Os tópicos subsequentes à citação inicial “meter-se em sarilhos” não mencionam explicitamente esta questão.

⁴ Cf. <http://www.comunidadeislamica.pt/webservices/docs/Comunicado.pdf>

O JN, por seu turno, inicia a sua sùmula noticiando que o porta-voz da Conferência Episcopal considera “um justo conselho de realismo” os “avisos do cardeal”, portanto, sem citar a frase, refere-se-lhe. Esta aparece explicitamente no segundo parágrafo, seguida da afirmação da dificuldade de diálogo. Refere-se em seguida a reação do SOS Racismo, do responsável pelo Departamento das Relações Ecuménicas e do Diálogo Inter-religioso, depois, novamente, declarações do porta-voz da Conferência Episcopal e, por fim, as declarações de Abdool Vakil.

O CM começa por dizer que os bispos portugueses não concordam com a ideia de que D. José Policarpo tenha ofendido os muçulmanos pelo facto de ter aconselhado as jovens portuguesas a não casarem com muçulmanos. Seguem-se declarações do Presidente da Conferência Episcopal sobre o mesmo assunto. No quarto parágrafo, volta-se a citar a frase “cautela com os amores” e as suas subseqüentes. Em seguida, mencionam-se as declarações da comunidade islâmica e depois, novamente, referências ao casamento com muçulmanos. Os artigos de opinião e o editorial analisados centram-se todos na questão do casamento com muçulmanos.

Resumidamente, as afirmações do Cardeal relacionadas com este tema são tidas como as mais relevantes para todo o material analisado, uma vez que aparecem nos tópicos iniciais dos diversos textos. No entanto, como já mencionado, o comunicado da Comunidade Islâmica não se lhes refere. As notícias estabelecem uma sequência discursiva entre as declarações do Cardeal e as declarações do porta-voz e do presidente da Conferência Episcopal, não atendendo ao facto de a Comunidade Islâmica não ter feito quaisquer declarações sobre o tema do casamento. Esta questão aparece relacionada com o diálogo, isto é, as notícias parecem possuir a seguinte lógica explícita: 1. o casamento com muçulmanos constitui “um monte de sarilhos”. 2. O diálogo com os muçulmanos é “difícil”. Ora parece haver uma lógica implícita que liga uma coisa à outra: 1. o casamento com muçulmanos constitui “um monte de sarilhos” porque 2. o diálogo com os muçulmanos “é difícil”, isto é, os “sarilhos” constituem a prova da dificuldade do diálogo.

2.3. SELEÇÃO DE CITAÇÕES DAS DIVERSAS REAÇÕES

A análise da forma como os diversos jornais selecionaram extratos das declarações dos diversos envolvidos parece corroborar esta lógica implícita.

TABELA 1 - Declarações – Comunidade Islâmica

EXP	P	DN	JN	CM
Ficámos de alguma forma magoados com a escolha das palavras do senhor Patriarca de Lisboa		Ficámos de alguma forma magoados com a escolha das palavras do senhor Patriarca de Lisboa	Surpreendida e magoada com a escolha das palavras do patriarca	
Magoada	Magoada			
Relações fraternas e cordiais	Relações fraternas e cordiais			
Diálogo frutífero	Diálogo frutífero			
Ficámos de alguma forma magoados com a escolha das palavras do senhor Patriarca de Lisboa relativamente à nossa Comunidade e ao diálogo que temos procurado com todas as confissões religiosas e, em particular, com as religiões cristãs	Ficámos de alguma forma magoados com a escolha das palavras do senhor Patriarca de Lisboa relativamente à nossa Comunidade e ao diálogo que temos procurado com todas as confissões religiosas e, em particular, com as religiões cristãs			Ficámos de alguma forma magoados com a escolha das palavras do senhor Patriarca de Lisboa relativamente à nossa Comunidade e ao diálogo que temos procurado com todas as confissões religiosas e, em particular, com as religiões cristãs
Uma chamada de atenção para o necessário respeito pelas diferenças e conhecimento das outras religiões, para que qualquer relação seja estável e duradoura	Uma chamada de atenção para o necessário respeito pelas diferenças e conhecimento das outras religiões, para que qualquer relação consiga se manter e seja estável	Uma chamada de atenção para o necessário respeito pelas diferenças religiosas e conhecimento de outras religiões, para que qualquer relação seja estável e duradoura	que só pode interpretar como “uma chamada de atenção para o necessário respeito pelas diferenças”	
O que não será necessariamente uma dificuldade quando estão em causa cidadãos do mesmo país que, embora professando religiões diferentes, partilham da mesma cultura e interagem na mesma sociedade	O que não será necessariamente uma dificuldade quando estão em causa cidadãos do mesmo país que, embora professando religiões diferentes, partilham da mesma cultura e interagem na mesma sociedade	Essas diferenças não serão “necessariamente uma dificuldade quando estão em causa cidadãos do mesmo país”		
Ainda uma grande ignorância do outro em relação à religião islâmica	Ainda uma grande ignorância do outro em relação à religião islâmica			

TABELA 2 - Declarações – Porta-voz da Conferência Episcopal

EXP	P	DN	JN	CM
Advertência do Cardeal Patriarca às jovens portuguesas que pensem casar com muçulmanos é “um justo conselho de realismo”			Um “justo conselho de realismo” (2 x)/para quem decida casar com uma pessoa de outra cultura e religião.	
Afastou “qualquer discriminação ou menosprezo” pelo islamismo			Recusou que as declarações sejam de “discriminação ou menosprezo” pelo islamismo	
É um conselho de imprescindível realismo que seguramente qualquer um de nós de cultura ocidental e de religião cristã, ou então de cultura árabe e de religião muçulmana, daria para bem de ambas as partes e das respectivas famílias	É um conselho de imprescindível realismo que seguramente qualquer um de nós de cultura ocidental e de religião cristã, ou então de cultura árabe e de religião muçulmana, daria para bem de ambas as partes e das respectivas famílias			É um conselho de imprescindível realismo que seguramente qualquer um de nós de cultura ocidental e de religião cristã, ou então de cultura árabe e de religião muçulmana, daria para bem de ambas as partes. Bento XVI tem feito declarações na mesma linha.
As declarações, proferidas num clima informal de ‘tertúlia’ e não numa conferência magistral, confirmam que este diálogo é importante, mas advertem para as dificuldades do mesmo diálogo, concretamente com os muçulmanos	As declarações, proferidas num clima informal de ‘tertúlia’ e não numa conferência magistral, confirmam que este diálogo é importante, mas advertem para as dificuldades do mesmo diálogo, concretamente com os muçulmanos			
Salientou que D. José Policarpo tem sido o maior promotor em Portugal do diálogo inter-cultural e inter-religiosos	Manuel Morujão afirmou que D. José Policarpo tem sido o maior promotor em Portugal do diálogo inter-cultural e inter-religiosos (2 x)		Lembrou que D. José Policarpo tem sido o maior promotor em Portugal do diálogo inter-cultural e inter-religiosos	
Lembrou que o Papa João Paulo II afirmou que o futuro no mundo depende do diálogo entre culturas e entre religiões	O religioso afirmou que “o Papa João Paulo II afirmou que o futuro no mundo depende do diálogo entre culturas e entre religiões”			
Bento XVI tem feito declarações na mesma linha. Advertir para as dificuldades do diálogo não é dizer que não se faça, mas promover o realismo necessário que o possibilite e o torne eficaz.	Bento XVI tem feito declarações na mesma linha. Advertir para as dificuldades do diálogo não é dizer que não se faça, mas promover o realismo necessário que o possibilite e o torne eficaz.			PAPA BENTO XVI SEGUE A MESMA LINHA

TABELA 3 - Declarações – Presidente da Conferência Episcopal

EXP	P	DN	JN	CM
A Igreja "não tem nada contra" casamentos entre católicos e fiéis de outras religiões, mas pediu que essas uniões respeitem os "valores católicos" da família	A Igreja "nada tem contra" os casamentos inter-religiosos			A Igreja "não tem nada contra" casamentos entre católicos e fiéis de outras religiões
Essas uniões "são coisas que vão acontecendo" um "pouco por toda a Europa" e "Portugal não é exceção"	Estas uniões "vão acontecendo" um "pouco por toda a Europa" e "Portugal não é exceção"			
"Alertamos a quem se quer casar pela Igreja" que o cônjuge "não se pode opor à educação católica"	No entanto, "Alertamos a quem se quer casar pela Igreja" que o cônjuge "não se pode opor à educação católica"			
As "pessoas podem encontrar compromissos" no respeito da fé de cada um podendo existir casamentos entre católicos e "hindus, muçulmanos, judeus ou evangélicos"	As "pessoas podem encontrar compromissos" no respeito da fé de cada um podendo existir casamentos entre católicos e "hindus, muçulmanos, judeus ou evangélicos"			
Tem é que haver um cuidado nos processos" no "sentido do respeito e liberdade de cada um"	Tem é que haver um cuidado nos processos" no "sentido do respeito e liberdade de cada um"			
o presidente da CEP recordou que a Igreja é apenas intransigente na educação dos filhos, admitindo mesmo cerimónias religiosas. Caso o cônjuge católico queira um casamento religioso, terá de ser aprovada a "dispensa canónica de paridade de culto" para que possa casar com um não-católico, explicou D. Jorge Ortiga. Para tal, o elemento do casal que não professa a fé católica deve comprometer-se em educar os filhos na fé cristã, respeitando a monogamia e as tradições religiosas do cônjuge. "Desde sempre, estes casamentos têm acontecido, em cerimónias parecidas" com os matrimónios católicos, mas apenas limitados à "Celebração da Palavra".				

Todas as notícias referentes às declarações da Comunidade Islâmica referem o facto de esta se ter considerado “magoada”. Enquanto os jornais EXP e P referem que a comunidade menciona a existência de “relações fraternas e cordiais”, bem como de um “diálogo frutífero”, os restantes jornais não o referem, ainda que o CM cite a passagem em que se diz que a comunidade tem procurado o diálogo com todas as confissões religiosas. O DN e o JN não referem a palavra “diálogo”, mas sim a necessidade de respeito pelas diferenças. Esta necessidade de respeito não é mencionada pelo CM. O JN e o CM também não fazem qualquer menção à passagem do comunicado da Comunidade Islâmica em que se refere que as diferenças não serão necessariamente uma dificuldade quando estão em causa cidadãos do mesmo país. E esta referência, no DN não inclui a segunda parte da afirmação, onde se acrescenta: “que, embora professando religiões diferentes, partilham da mesma cultura e interagem na mesma sociedade”.

A tendência para seleccionar passagens das declarações dos envolvidos que acentuam as dificuldades no diálogo com os muçulmanos é ainda mais notória nas citações das declarações do porta-voz e do Presidente da Conferência Episcopal. Assim, enquanto o EXP e o P, embora mencionando sempre com destaque a questão do casamento, fazem eco das afirmações que mencionam o diálogo entre culturas e religiões, o DN, o JN e o CM acentuam sobretudo o facto de o porta-voz da Conferência Episcopal considerar “realistas” as declarações do cardeal sobre o assunto. As declarações do Presidente da Conferência Episcopal citadas no EXP e no P debruçam-se longamente sobre questões técnicas relacionadas com a possibilidade canónica de casamentos entre membros de religiões diferentes. O DN e o JN não fazem qualquer eco destas declarações. O CM limita-se a escrever que a Igreja “não tem nada contra casamentos entre católicos e fiéis de outras religiões”, afirmação que aparece também no EXP e no P. Os artigos de opinião e o editorial analisados não fazem qualquer menção explícita a declarações que não sejam as do Cardeal de Lisboa, salvo o artigo de João Miranda, que se refere à Amnistia Internacional.

2.4. PALAVRAS E FRASES

A centralidade do aviso contra o casamento com muçulmanos, associado à dificuldade no diálogo com os muçulmanos, que parece depreender-se da sequência dos tópicos das notícias e do relevo dado às declarações que vão nesse sentido, é reforçada pela escolha de palavras associadas às declarações sobre ambos os temas. Estas incluem a palavra “alertar” ou “alerta” 23 vezes, a palavra “aviso” ou “avisar” 4 vezes; “adverte” ou “advertir” 15 vezes. A palavra “difícil”, associado ao diálogo aparece 24 vezes.

Mas a relação entre os dois temas é também coadjuvada por ligações fráscas. Assim, por exemplo, o DN escreve: “Casar com um muçulmano ‘e meter-se num monte de sarilhos que nem Alá sabe onde acabam’. *Foi esta a frase de D. José Policarpo que magoou a comunidade islâmica em Portugal* (itálico nosso)”. Esta ideia aparece duas vezes na mesma peça: “Surpresa e mágoa marcam *as reacções da comunidade islâmica aos alertas do cardeal patriarca de Lisboa sobre os casamentos com muçulmanos*” (itálico nosso). Atenda-se novamente ao facto de não haver qualquer menção ao assunto no comunicado da Comunidade. O artigo continua referindo-se às preocupações do SOS Racismo e da Amnistia Internacional relativamente a declarações que a primeira organização considera “um incentivo à islamofobia” e a segunda, “de carácter discriminatório”. O DN continua: “*Mas para Fernando Soares Loja, da Aliança Evangélica Portuguesa, as preocupações do Cardeal são legítimas*” (itálico nosso). Mais, o DN noticia que “*Fernando Soares Loja subscreve e louva a coragem do patriarca*” (itálico nosso).

O JN, por seu turno, explicita a relação entre o casamento com muçulmanos e o diálogo difícil com estes escrevendo: “Um ‘justo conselho de realismo’, como lhe chamou o porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa, ou *palavras que podem contribuir para afastar católicos e muçulmanos. Os avisos do cardeal causaram surpresa*” (itálico nosso). E prossegue dizendo que “o país acordou ontem ao som de *uma polémica frase do cardeal patriarca de Lisboa*” (itálico nosso). A frase em causa é a que diz respeito aos sarilhos de casar com um muçulmano. O parágrafo procede, dizendo que o diálogo com a comunidade islâmica é muito difícil. Mais adiante, dir-se-á que, ao tentar obter reacções, “*a cautela e a reserva falaram mais alto*” (itálico nosso), isto é, “só o SOS Racismo emitiu um comunicado...” (itálico nosso). Note-se a referência à necessidade de cautela (supondo-se, implicitamente, a possibilidade do despoletar de um conflito) e a desvalorização do comunicado do SOS. O DN, aliás, refere também, em título, que “*A Comunidade islâmica reage com muita ponderação*” (itálico nosso). Estas referências deixam em aberto a possibilidade implícita de que não seria de esperar moderação por parte dos islâmicos.

Por fim, o material do CM merece-nos uma análise mais detalhada. Na peça intitulada “Bispos Unidos no apoio ao Patriarca”, diz-se o seguinte: “Os bispos portugueses *não concordam com a ideia de que, nas declarações proferidas terça-feira na Figueira da Foz, D. José Policarpo tenha ofendido os muçulmanos*” (itálico nosso). Prossegue-se fazendo referência à questão do casamento e diz-se, mais adiante:

Todos os bispos contactados ontem pelo CM asseguraram que o alerta do Patriarca é para as mulheres católicas e tem a ver com o facto de, ao contrário de outras religiões, os muçulmanos não preverem o casamento misto.

Depois de citadas as palavras “Cautela com os amores” e sucedâneos, diz-se: “Quem não gostou das palavras de D. José foi a comunidade islâmica radicada em Portugal, que se disse ‘magoada e surpreendida’” (itálico nosso).

Esta sequência de frases é reveladora da oposição que se estabelece entre “mulheres católicas” e casamento com muçulmanos, bem como da distinção entre “mulheres católicas” e “comunidade islâmica radicada em Portugal.” Parece, portanto, poder dizer-se que nos amores de mulheres portuguesas com muçulmanos se poderá tornar visível a dificuldade do diálogo com alguém que “não é daqui”, mas que “se radicou” aqui.

2.5. A RETÓRICA DO “NÓS” VERSUS “ELES”

A estratégia discursiva de estabelecimento de uma linha divisória entre “nós” e “eles” é recorrente nos média a propósito dos muçulmanos na Europa e nos Estados Unidos da América (cf. por exemplo, Deltombe, 2005; Poole, 2002; Richardson, 2004; Fekete, 2008; Hasan, 2012; Sian, Law e Sayyid, 2012; Martín Muñoz, 2010; Navarro, 2010; Toldy, 2008). Joseph e D’Harlingue (2012) comentam o seguinte, a propósito daquilo que designam pela “construção de uma diferença insuperável entre os muçulmanos e o Ocidente”, nomeadamente, no caso dos média dos Estados Unidos da América (*ibidem*: 136):

Os muçulmanos, quer sejam americanos ou não, são representados como a própria encarnação da alteridade, o ‘outro’ cultural oposto ao Ocidente. A presunção normativa de um ‘nós’ com o qual é suposto o leitor identificar-se é construído como o americano ou europeu branco, e ‘eles’ nunca serão como nós.

Segundo van Dijk, o contraste discursivo entre um “nós” e um “eles”, associado a estratégias semânticas de apresentação positiva do grupo dominante, é típico de sociedades que possuem aquilo que o autor designa como uma “norma oficial” segundo a qual “o racismo é imoral ou prejudicial”. Estas estratégias consistem, por exemplo, na negação do racismo, acompanhada do estabelecimento de contrastes entre as propriedades do grupo dominante (positivas) e as propriedades do grupo dominado (negativas). Assume-se que o grupo dominado é que tem características negativas: “Nós não somos intolerantes, eles é que são!” (1991: 188).

Sayyid (2003), evocando, de novo, a incontornável tese do orientalismo, de Edward Saïd (2004),⁵ sintetiza este processo de “alterização” (*othering*) (cf. também Riggins, 1997) que estabelece uma linha intransponível entre “nós” e “eles”, do seguinte modo: “o Islão é ‘o outro’ que não podemos aceitar, mesmo quando somos o mais tolerantes que nos é possível, porque este outro não aceita as regras do jogo – porque considera o jogo como um jogo ocidental” (Sayyid, 2003: 169). No caso em análise, esta estratégia de “alterização” passa pela afirmação da dificuldade de diálogo, que se considera ser decorrente das próprias características dos muçulmanos, perante as quais é preciso “ter cautela”, e do subentendido – que parece perpassar todos os documentos analisados – de que os muçulmanos “não são (bem) daqui”.

O material analisado parece permitir concluir que existe um discurso implícito segundo o qual – e parafraseando Asad (2003: 164) – os muçulmanos podem estar *na* Europa (ou mesmo em Portugal), mas não *são* da Europa (ou de Portugal). A tolerância face à presença de muçulmanos na Europa deve-se, ainda na perspetiva de Asad (*ibidem*: 165), precisamente ao facto de eles serem considerados “externos à essência da Europa”: por isso, pode falar-se de “coexistência” entre “nós” e “eles” – mas sempre baseada na noção de “fronteira”.

A estratégia discursiva de estabelecimento de uma fronteira entre “nós” e “eles” recorre frequentemente à manipulação de temas relacionados com as mulheres: as controvérsias em torno do véu e da burka, por exemplo, às quais os medias deram cobertura em diversos países europeus e no Canadá (cf. por exemplo, Bullock, 2002; Fekete, 2008; Hasan, 2012; Sian, Law e Sayyid, 2012; Kassam, 2008; Navarro, 2010; Ehrkamp, 2010; Fundación Trés Culturas del Mediterráneo, 2010; Hancock, 2008; Tarlo, 2010; Meer e Modood, 2012; Watt, 2008; Shadid e van Koningsveld, 2005), parecem constituir um exemplo de uma “obsessão colonial” que se manifesta no “desejo metafórico de ‘desvelar’ culturas alheias, ‘expondo-as’ e tornando-as conformes com as normas ideológicas do poder dominador” (Macdonald, 2006: 9) que classifica, separando, “civilizados” e “não-civilizados” (Asad). No caso do material analisado, como já vimos, o móbil para estabelecer esta linha divisória passa pela menção aos “sarilhos” decorrentes de casar com muçulmanos e pela referência ao “regime das mulheres muçulmanas”.

⁵ Num outro texto (Toldy, 2008), referi a síntese daquilo que Saïd designa como “dogmas permanentes do orientalismo”: a) a ideia da “absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente – racional, desenvolvido, humanitário e superior – e o Oriente – aberrante, subdesenvolvido e inferior”; b) a ideia de que “as abstrações sobre o Oriente, especialmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental ‘clássica’, são sempre preferíveis aos casos directos extraídos das realidades orientais modernas”; c) a ideia de que “o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir a si próprio”; d) e a ideia de que, “no fundo, o Oriente é algo a ser temido [...] ou algo a ser controlado (através de pacificação, investigação e desenvolvimento, ou ocupação pura e simples sempre que tal seja possível)”.

3. O “REGIME DAS MULHERES MUÇULMANAS”

A ideia de que os muçulmanos “não são daqui” e de que isso se objetiva na necessidade de as mulheres se acautelarem de “amores com muçulmanos” torna-se ainda mais nítida nos artigos de opinião e no editorial que passaremos, agora, a analisar. Estes textos debruçam-se todos sobre “as mulheres islâmicas”. Recorde-se a frase específica de D. José Policarpo sobre o assunto: “Se eu sei que uma jovem europeia de formação cristã, a primeira vez que vai para o país deles é sujeita ao regime das mulheres muçulmanas, imagine-se lá”. Os jornais não deram notícia de que o cardeal tivesse especificado o que entendia por “regime das mulheres muçulmanas”. Contudo, dois dos artigos de opinião aqui analisados, bem como o editorial, exploram o tópico das mulheres muçulmanas em países muçulmanos.

3.1. “O QUE TODA A GENTE PENSA, MAS NÃO DIZ”

Assim se intitula o artigo de opinião de Sérgio de Andrade, jornalista do JN, que dedica apenas um parágrafo ao tema das declarações do Cardeal (reservando os restantes para críticas ao governo de José Sócrates sem qualquer relação com a questão). No parágrafo em causa, o jornalista começa por afirmar que “mais ou menos todos os comentadores entendem que o aviso de D. José Policarpo é essencialmente correcto”. Contudo, na sua perspetiva, “não foi conveniente proferi-lo em acto público”. Pensa o autor do artigo que o Cardeal não devia ter sido tão seletivo, uma vez que qualquer casamento com “judeus ortodoxos ou hinduístas fanáticos” pode ser igualmente problemático. Portanto, o Cardeal “não disse nada que não fosse verdade”; simplesmente “há por vezes coisas em que pensamos, mas que melhor será guardarmos para nós...” O artigo passa imediatamente para o tema seguinte: uma crítica a Sócrates. Ora, a afirmação de que o cardeal disse o que todos pensam, mas teria sido melhor guardá-lo para si, parece revelar uma lógica baseada na ideia da não-discriminação como sendo própria do discurso “politicamente correcto”, mas não necessariamente verdadeiro ou relevante para a maioria dos leitores. Esta ideia é transversal aos artigos analisados: todos procuram corroborar as afirmações do Cardeal, associando-as à “necessidade” (e “coragem”) de dizer a verdade que, supostamente, todos conhecem” (recorde-se a estratégia da referência a um suposto “paradigma cultural consensual”, mencionada por Martín Muñoz (2005: 206), mas “ninguém quer reconhecer”, como afirma Henrique Monteiro no editorial do EXP (jornal do qual era diretor à época) intitulado, precisamente, “As indigestas palavras do cardeal”.

Por seu turno, Inês Pedrosa (colunista do EXP naquela época) termina o seu artigo intitulado “Cautela com os amores”, afirmando: “A mim, as coisas que ele disse pareceram-me apenas evidências sensatas”. Parece poder dizer-se que o apelo à adesão às palavras do Cardeal e ao raciocínio dos autores dos artigos analisados evoca

e reforça os modelos de pensamento sobre as mulheres e os homens islâmicos já conhecidos dos leitores: toda a gente sabe que é assim. Além disso, acusa-se de “alheamento da realidade do sofrimento humano” alguém que possa considerar “descabido, ou discriminatório, este aviso” (nas palavras de Inês Pedrosa). Henrique Monteiro ridiculariza mesmo as críticas às declarações do Cardeal, considerando que as “verdades” de D. José Policarpo “estragam as construções e engenharias sociais em que se baseia a nossa cultura”, construções, essas, que preferem “um mundo de fantasia” à realidade. Recorde-se, neste contexto, que van Dijk (1991) refere como uma estratégia discursiva utilizada frequentemente pelos média de grupos dominantes e que consiste na ridicularização das atitudes e posições críticas relativamente às posições destes grupos, incluindo de “intelectuais”, procurando os média enfatizar aquilo que constituirá o pensamento do “indivíduo comum”.

João Miranda, no artigo “Crítica e Tolerância”, publicado no DN, menciona diretamente a Amnistia Internacional, criticando o seu repúdio pelas declarações do Cardeal. O artigo adota uma estratégia de inversão do tema da discriminação: não foi D. José Policarpo que discriminou. Antes, ele “identificou correctamente uma das fontes de discriminação das mulheres no mundo muçulmano”. A Amnistia Internacional, “que adquiriu a sua reputação por lutar pelos direitos humanos mais básicos”, opta, segundo Miranda, por “tentar suprimir as críticas” à discriminação das mulheres, tornando-se, assim, cúmplice do silêncio perante a discriminação: “prefere criticar quem faz uma crítica certa à religião muçulmana”.

Resumindo, todos os três textos concluem que D. José Policarpo não foi intolerante: segundo Sérgio Andrade, Henrique Monteiro e Inês Pedrosa, ele disse a verdade. Segundo João Miranda, ele fez algo decorrente dos próprios valores “de uma sociedade livre e tolerante”, já que, no seu dizer, “a crítica cultural e religiosa é parte integrante” dessa mesma sociedade, a “nossa sociedade”, por oposição à sociedade “deles” (poder-se-ia dizer). Regressa, aqui, portanto, o tema do “nós” e do “eles”, atribuindo-se ao “nós” características positivas e a “eles”, características negativas. Ao “nós” atribuem-se, concretamente, as características que descrevem a “civilização ocidental”: a liberdade e a tolerância. Ora, a atribuição à Europa das características essenciais da civilização, parafraseando Asad (cf. 2003: 168), resulta na afirmação de que quem não as assume nem é verdadeiramente europeu (ainda que viva na Europa), nem é verdadeiramente civilizado: “Sem a essência civilizacional, os indivíduos que vivem na Europa são instáveis e ambíguos. Por isso é que nem todos os habitantes do continente europeu são ‘real’ ou ‘completamente’ europeus” (*ibidem*). A cultura ocidental, associada à democracia, liberdade individual, liberdade de expressão, compreensão do Outro e da igualdade de direitos das pessoas, parece ser constituída como um paradigma de

humanidade, inacessível ou melhor, tido como agressivamente rejeitado pelas culturas não-ocidentais. O Ocidente apresenta-se como o Sujeito, produtor de uma história identificada com o progresso, em evolução, vocacionada para a universalidade, objetivando o não-Ocidente, que é apresentado como regressivo ou parado no tempo, a necessitar de ser “domesticado e civilizado” (Yeğenoğlu, 1998: 97).

As culturas “dos outros” aparecem objetivadas nas afirmações que “nós” fazemos delas, isto é, fala-se delas, mas elas não podem falar por si (os “subalternos não têm voz” – Spivak, 1994).

3.2. “AS GENERALIZAÇÕES” QUE “PERMITEM CHEGAR À ESSÊNCIA DO PROBLEMA”: “A ‘BURQA’ DA DIFERENÇA CULTURAL”

O contraste entre “a nossa sociedade” e a “sociedade deles” constitui o eixo das afirmações dos textos em questão acerca das mulheres muçulmanas. Estas são descritas com base em afirmações genéricas, ou, pelo contrário, a partir de casos concretos, tidos pelos autores como passíveis de generalização. Aliás, o artigo de João Miranda, no DN, legitima o recurso à generalização: é certo que o Cardeal generalizou. Mas, do seu ponto de vista, as generalizações “permitem chegar à essência do problema”. E acrescenta, algumas frases adiante: “no entanto, as generalizações não se aplicam a todos os casos particulares”. Não explica porquê. Diz, simplesmente, que “como nenhum de nós é estúpido, todos sabemos que não se aplicam”.

Todas estas afirmações desembocam numa mesma ideia geral: nos países islâmicos, “as mulheres não são abrangidas pelos direitos humanos”, como diz Inês Pedrosa. Tanto o seu artigo, como o editorial de Henrique Monteiro fazem o seguinte raciocínio: mesmo que haja casos que contrariem esta ideia, na maioria dos casos, é isso que acontece. O leitmotiv da lógica discursiva de ambos os textos corresponde àquilo que Yeğenoğlu identifica como “um gesto feminista ocidental imperial” (*ibidem*), Razack (2004 e 2007: 5) considera obedecer à lógica da fantasia do “eterno triângulo da mulher muçulmana em perigo, do homem muçulmano perigoso e da Europa civilizada” e Mohanty (1991: 255) refere como “feminismos hegemónicos”. Estes, segundo Mohanty, caracterizam-se por um pressuposto da existência de um “sujeito singular, monolítico” – as “mulheres do Terceiro Mundo” (*ibidem*) – lógica que se aplica também à ideia das “mulheres islâmicas” – referidas através de um “discurso de homogeneização e sistematização da opressão” (*ibidem*: 257) que não tem em conta a diversidade de situações e que transforma em universalismo uma forma de etnocentrismo:

Assim, as mulheres, independentemente das diferenças de classe ou culturais, são afectados por este sistema. Não só *todas* as mulheres árabes e muçulmanas são

encaradas como constituindo um grupo homogéneo oprimido, como também não existe qualquer discussão acerca das *práticas* específicas dentro da família que constituem as mulheres como mães, esposas, irmãs, etc. parece que os árabes e muçulmanos não mudam. A sua família patriarcal remonta ao tempo do profeta Mohamed. É como se elas existissem fora da história. (Mohanty, 1991: 263)

Esta visão das mulheres muçulmanas apenas e só no lugar de vítimas não revela apenas aquilo que as formas hegemónicas de feminismo pensam acerca das “mulheres não-ocidentais”, como constitui, também, “a representação cultural que o Ocidente [neste caso, as feministas hegemónicas ocidentais] tem *de si mesmo*, através do outro” (Yeğenoğlu, 1998: 1).

Inês Pedrosa desenvolve a sua argumentação referindo-se a vários países islâmicos: Marrocos, Tunísia, Arábia Saudita, Irão. Considera que os dois primeiros correspondem à “versão light, turística e infelizmente minoritária do Islão contemporâneo”. Na sua perspetiva, “na maioria dos países islâmicos (que são Estados confessionais, coisa que nenhum país católico hoje é) as mulheres não são abrangidas pelos direitos humanos”. Falando genericamente dos “países islâmicos”, Inês Pedrosa menciona, numa mesma frase, que, nesses países, as mulheres têm de “obedecer cegamente aos homens”, “a vida pública é-lhes praticamente interdita” e estão “legalmente sujeitas a toda a espécie de sevícias, desde a mutilação genital ao apedrejamento até à morte”.

Por sua vez, Henrique Monteiro opta por contar “três histórias simples para enquadrar uma mais complicada”. E relata três episódios: um “num país islâmico” que não identifica, outra, em Maputo, e outra, em Portugal, numa entrevista ao Jorge Sampaio. A primeira história refere que as mulheres do tal país “de regime teocrático” não podiam mostrar o cabelo aos pais, filhos e maridos. A segunda história refere um caso de um amigo islâmico que bebia álcool e cuja mulher não usava véu (depreende-se o contraste com a primeira história, pelo facto de Moçambique não ser “um regime teocrático islâmico”). A terceira, refere que Sampaio, ao ser-lhe perguntado “o que faria se um dos seus filhos se casasse com um negro”, respondeu que “jamais se oporia, mas que aproveitaria a oportunidade para chamar a atenção desse filho para as prováveis diferenças culturais que iria encontrar”. Do seu ponto de vista, tanto ele como D. José Policarpo chamaram a atenção – como “qualquer pessoa sensata” – para o “provável choque cultural” (repare-se que Sampaio falou de “diferenças culturais”). Este texto é o único que estabelece um paralelo entre “casar com um negro” e “casar com um muçulmano”, desvendando uma possível lógica de racialização invisibilizada no resto do material analisado.

Monteiro prossegue descrevendo aquilo que se deduz ser a história “mais complicada”: “milhões de páginas negras de vil submissão, humilhação e maus-tratos

físicos – que são legais (sublinhe-se esta palavra 300 vezes) – em certos países islâmicos, como a Arábia Saudita, para dar um exemplo”. O texto não refere nenhum outro país concretamente. Do ponto de vista de Henrique Monteiro, a cautela recomendada pelo Cardeal justifica-se, pois a “chicotada, a chapada, a impossibilidade de sair de casa, o repúdio puro e simples pode esperar a mulher incauta”. E conclui: “Isto é desconhecido? Não! É mentira? Não! É racista? Não!”

Esta descrição das situações das mulheres islâmicas, em geral, transfere as referências à sua realidade para os “países islâmicos”. Não se faz qualquer afirmação explícita sobre a situação das mulheres muçulmanas em Portugal: não existe qualquer comparação entre a realidade de umas e outras. Parece nada haver a dizer sobre as muçulmanas portuguesas. Ou, então, o que haveria a dizer não confirma as afirmações genéricas sobre as mulheres muçulmanas, pelo que é omitido. De facto, Inês Pedrosa diz apenas: “Podem encher-se muitas páginas de jornais com histórias de casamentos felizes entre mulheres anteriormente católicas ou agnósticas e muçulmanos – mas isso não invalida a ausência legal de direitos, sofrida pelas mulheres na maioria dos países islâmicos”. Isto é, fala-se de mulheres “anteriormente católicas ou agnósticas”, mas não de mulheres muçulmanas portuguesas: à visibilização do tema das “mulheres na maioria dos países islâmicos” corresponde a invisibilização das mulheres islâmicas portuguesas (que não são ouvidas). Não parece importar se as mulheres islâmicas portuguesas são ou não são “tratadas assim”: fala-se apenas das mulheres em países islâmicos. São elas que constituem “a prova” da “dificuldade de diálogo com os muçulmanos”: são as mulheres islâmicas, em países islâmicos, que constituem o obstáculo ao diálogo com os muçulmanos, independentemente do lugar. De facto, verifica-se uma articulação entre “a retórica colonial e a feminista liberal na qual o estatuto da mulher é usado como prova do atraso das culturas orientais” (Yeğenoğlu, 1998: 97). Segundo Yeğenoğlu, a perspetiva que define o Ocidente como o lugar da razão, do progresso e da civilização

disponibiliza ao feminismo liberal ocidental toda uma bateria de estratégias discursivas para conhecer e compreender o seu outro etnográfico, garantindo, assim, a integridade da sua própria identidade *vis-à-vis* do seu duplo negro e estranho. (*ibidem*)

Henrique Monteiro faz o mesmo raciocínio e a mesma omissão, ao escrever: “Encheram-se páginas de mulheres casadas com muçulmanos e que são felizes. Bebo à sua saúde. Se são felizes, fizeram bem em casar-se com os homens que desejaram. Mas há milhões de páginas negras” (e segue com a referência já citada anteriormente). Tanto esta afirmação, como a de Inês Pedrosa (“mas isso não invalida...”) parecem reproduzir a

lógica da “exceção que confirma a regra”. E a regra é: “a ausência legal de direitos”. As mulheres muçulmanas portuguesa ficam ocultadas pelas referências a mulheres muçulmanas em países islâmicos.

A estratégia de invisibilização das mulheres muçulmanas portuguesas, parece revelar uma mimetização da lógica de invisibilização relativamente à própria comunidade islâmica portuguesa, tema ao qual que se referem Tiesler (2010) e Vakil (2004a, 2004b), ainda que de formas diferentes. Sem pretender reproduzir aqui a complexidade da argumentação de cada um dos autores, dado que tal extravasa os propósitos do presente texto, valerá a pena referir que Tiesler, num texto com o título (significativo) “No Bad News from the European Margin: The New Islamic Presence in Portugal”, defende a tese da existência de “uma consciência sócio-histórica selectiva mais do que uma discriminação consciente” (Tiesler, 2010: 84) na sociedade portuguesa relativamente às comunidades de muçulmanos portugueses. Do seu ponto de vista, tal deve-se a uma série de fatores da história portuguesa (de entre eles, aos processos de colonização e de descolonização e à capacidade de integração na sociedade portuguesa dos próprios muçulmanos de classe média e de elite). Para Tiesler, a invisibilização dos muçulmanos em Portugal dever-se-á, pois, por um lado, à sua capacidade de integração e, por outro lado, a uma certa “desatenção” por parte de Portugal. Como tal, a invisibilidade das mulheres muçulmanas portuguesas, caso sigamos a lógica de Tiesler, poderá compreender-se à luz da própria invisibilidade da comunidade muçulmana em Portugal.

Por seu turno, Vakil (2004a: 295) considera que “a história da presença dos muçulmanos em Portugal na atualidade é uma história por escrever”, imperando a ignorância e o preconceito relativamente ao Outro, que é “coisificado e sistematicamente interpretado a partir de um esquema pré-estabelecido, e infundado” (Vakil, 2004b: 35). Ao longo do seu texto intitulado “Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais” (2004b), Vakil refere-se frequentemente às formas como o tema dos direitos das mulheres nos países islâmicos é utilizado para cumprir uma agenda anti-islâmica, na qual, como afirma num outro texto, “o Islão funciona como um rótulo designativo de uma entidade aparentemente identificável, simples, monolítica e indiferenciada, apreensível na sua totalidade” (2004a: 284) ou como “uma matriz essencialista e determinante, explicativa de todo e de qualquer fenómeno que, respeitando a muçulmanos, ou sociedades islâmicas, assim necessariamente passa a ser islâmico” (*ibidem*).

Tiesler (2010) considera que nem o fator religioso terá chamado a atenção para as comunidades islâmicas, já que, do seu ponto de vista, em Portugal, a emancipação das minorias religiosas foi protagonizada pelos grupos religiosos minoritários de denominação protestante, e não pelas comunidades islâmicas. Ora, o que se verifica no material analisado é que o fator religioso é precisamente apontado como um lugar insuperável de

distinção. Esta distinção (que o próprio Cardeal enuncia ao afirmar que Portugal é “um país maioritariamente católico” e ao recorrer à metáfora dos lobos – declarações desaparecidas na cobertura que os média analisados fizeram) torna-se mais visível, do ponto de vista de Inês Pedrosa, na religião islâmica. E esta é opressora das mulheres, mesmo que as mulheres muçulmanas portuguesas não sejam chamadas a falar sobre o assunto.

As mulheres muçulmanas portuguesas ficam ocultadas pelo véu da vitimização que lhes é imposto como constituindo a sua “essência”. Subentende-se que à incapacidade atribuída às mulheres não-ocidentais para se libertarem das situações identificadas como de opressão corresponde a autorrepresentação das feministas ocidentais como “os únicos verdadeiros ‘sujeitos’ da sua contra-história” (Mohanty, 1991: 271). Enquanto as mulheres ocidentais são capazes de se libertar, as mulheres não-ocidentais “nunca emergem da generalidade debilitante do seu estatuto de ‘objecto’” (*ibidem*). Nunca serão capazes de (ou autorizadas a) passar para cá da linha traçada pelo Ocidente, sobretudo, no seu espaço público, como parece decorrer do raciocínio de Inês Pedrosa, num outro artigo de opinião intitulado “Traçar a linha”. Diz a autora, a propósito da proibição do véu integral em França:

Mesmo que muitas dessas mulheres se manifestem defensoras do traje que as anula, a nossa liberdade acaba onde começa a dos outros – e um ser fantasmático, sem rosto, sem identidade, é uma ameaça evidente a todos os outros que circulam no espaço público. Não faz sentido que, ao mesmo tempo que se afinam as máquinas de detecção de bombas nos aeroportos, se deixem circular por escolas, hospitais e museus potenciais bombas humanas. E não faz sentido que, num país com as responsabilidades históricas que a França tem na conquista de uma civilização laica, com direitos iguais para todos, se passeiem pelas ruas mulheres tapadas como monstros ou criminosos. O exemplo da humilhação humilha – a burka é um enxovalho para todas as mulheres e homens que se vêem como seres livres e iguais. Se, no recato das suas casas, as mulheres quiserem usar burkas, ou homens e mulheres adultos tiverem prazer em ser chicoteados, insultados, ou andar pela trela, é lá com eles (desde que não estejam crianças presentes).

E termina, dizendo: “A liberdade inclui o disparate. Mas não inclui a tolerância para com o esmagamento das mulheres debaixo de burkas”. É aí que é preciso “traçar a linha”.

Portanto, parece confirmar-se a análise que Martín Muñoz (2005: 208) faz do tratamento dado pela imprensa espanhola às mulheres muçulmanas: “não interessa tanto

a mulher em si mesma como a representação da ‘mulher e o Islão’ ou melhor, ‘a mulher vítima do Islão’”. O Islão constitui um obstáculo intransponível, uma linha inultrapassável.

Com efeito, segundo Inês Pedrosa, a fonte da ausência de direitos das “mulheres muçulmanas”, deste “martírio” (segundo palavras suas) está no Islão, ou, no dizer de João Miranda, na “religião muçulmana”: “os fatores culturais e religiosos são a principal causa de discriminação das mulheres no mundo muçulmano”. O “estatuto” que esta cultura e esta religião atribuem à “mulher no mundo muçulmano, [...] não seria facilmente aceite por uma mulher de cultura católica”. O artigo de Inês Pedrosa também expressa uma oposição entre catolicismo e Islão, patente na situação das mulheres.

Esta oposição parece corresponder à estratégia de estabelecimento de um contraste entre os valores do grupo ao qual os leitores e a autora supostamente pertencem e o grupo ao qual as mulheres muçulmanas pertencem. A linha de demarcação passa pela diferença religiosa. por um lado, e pelo laicismo, por outro. Na argumentação de Inês Pedrosa, o catolicismo evoluiu para o laicismo, enquanto o Islão não o fez. Do seu ponto de vista, o Islão foi, “em tempos idos, uma civilização de conhecimento e diálogo”, mas, hoje, não o é, porque não fez a “evolução espiritual da Igreja Católica no sentido da compreensão do Outro e da igualdade de direitos das pessoas”, mais, porque a esta evolução corresponde “um retrocesso do Islamismo⁶ em relação a assuntos fundamentais”. A “nossa cultura” evoluiu no sentido do “laicismo” e este “obrigou a Igreja Católica a humanizar-se”. Este processo de laicização levou à democracia e à liberdade individual, nomeadamente, à liberdade de expressão, sobre as quais a “nossa cultura” se “fundamenta” atualmente. Inês Pedrosa explora o contraste entre “nós” e “eles” marcando-o territorialmente, através da diferença cultural e religiosa, à qual corresponde uma demarcação geográfica: “eles” são os países islâmicos, “nós”, o Ocidente, onde “só reza e obedece quem quer” e onde “todos têm o direito a recomendar cautelas ou a dizer coisas desacomodadas”. É certo que Inês Pedrosa reconhece que a Igreja Católica “não é, ainda, o paraíso de compreensão que apregoa”: “faltam-lhe mais cardeais com a inteligência, o genuíno amor e, sobretudo, o humor de José Policarpos”. E cita, como prova do seu humor, precisamente a expressão “sarilhos que nem Alá sabe onde acabam”, que, do seu ponto de vista, nos recorda que “Deus nos ofereceu o luxo do livre-arbítrio – e do riso” (portanto, mais uma vez, o contraste entre “nós”, a quem é permitido o riso sobre Deus e “os outros”, acerca de cuja representação de Deus podemos rir, mas – subentende-se – que não se podem rir da sua representação de Deus).

Note-se a dupla referência de Inês Pedrosa à presença e ausência da religião como elemento de fronteira/distinção entre “nós” e “eles”: de facto, se por um lado se afirma a superioridade do cristianismo, nomeadamente, da Igreja Católica”, por outro lado, afirma-

⁶ Supõe-se que a autora utiliza indistintamente “Islão” e “Islamismo”.

se que o “laicismo” é constitutivo do Ocidente, melhor, afirma-se que a cultura que era cristã evoluiu para a “laicização”, que levou à democracia e à liberdade. Ora, tanto uma coisa como a outra são alheias aos islâmicos: eles nem são católicos, nem evoluíram para o laicismo, característico, segundo Pedrosa, das sociedades ocidentais. A narrativa da Europa como (sucessivamente) cristã, pós-cristã e secularizada constitui-se, assim, como um espaço simplificado, no qual os islâmicos foram e continuam a ser vistos como “o outro da Europa” (Asad, 2003: 169).

Do ponto de vista de Inês Pedrosa, o cardeal “pôs o dedo na ferida quando disse: ‘Só é possível dialogar com quem quer dialogar e com os nosso irmãos muçulmanos o diálogo é muito difícil’”. Explicita-se, assim, a ligação entre “a situação das mulheres muçulmanas” e o diálogo com os muçulmanos. Diz Inês Pedrosa: pode “não ser difícil dialogar com a Comunidade Islâmica de Lisboa – mas como se pode dialogar com os líderes do Irão ou da Arábia Saudita, por exemplo?” Portanto, chama-se a atenção para o Irão e a Arábia Saudita para fazer um juízo de generalização da situação das mulheres islâmicas que retira peso à possibilidade de diálogo com a Comunidade Islâmica em Portugal, isto é: mesmo que este diálogo seja possível com esta comunidade, tal não é “representativo” da possibilidade de diálogo com os islâmicos “em geral”. A sua “diferença” é inultrapassável: não o reconhecer é, “continuar a consentir” no “martírio” das mulheres, e isto, no dizer de Inês Pedrosa, constitui uma forma de cobrir esse martírio com a “‘burqa’ da diferença cultural”. A autora não nomeia aqueles que pretende atingir com esta acusação, mas estabelece um contraste implícito entre estes (supostamente representados nas “reportagens de repúdio às afirmações do cardeal-patriarca português”) e os islâmicos. A sua argumentação inverte, pois, o repúdio pelas palavras de D. José Policarpo, em nome da tolerância, afirmando que, quem as repudia em nome do respeito pela diferença cultural, de facto, está a impor a “diferença cultural” às mulheres como se fosse uma burqa.

NOTAS PARA UMA CONCLUSÃO

Como vimos, o material analisado revela uma estruturação da argumentação em torno de um “nós”, oposto a um “eles”, sendo os primeiros, os portugueses (ocidentais, laicos ou “maioritariamente” católicos), e os segundos, os muçulmanos (islâmicos, não seculares, não ocidentais, “como os lobos”, opressores das mulheres).

A oposição entre portugueses/ocidentais e muçulmanos/não ocidentais torna-se visível na polémica em torno de casamentos com muçulmanos. Estes constituem “um risco”, “um monte de sarilhos” para as mulheres. E constituem-no devido à forma como, segundo o material analisado, as mulheres islâmicas “são tratadas”. À essencialização da “condição das mulheres islâmicas” corresponde uma essencialização da condição das

mulheres ocidentais: as primeiras estão “destinadas à submissão”, enquanto as segundas estão “destinadas à emancipação”. A menos que as primeiras se desfaçam daquilo que o Ocidente considera “problemático” (“o seu apego ao Islão”), já que este é tido como responsável pelo compromisso dos muçulmanos com valores que constituem uma afronta ao Ocidente. Portanto, se os islâmicos e as islâmicas forem despojados dos véus da sua religião, poderão ser assimilados:

A des-essencialização do Islão é paradigmática para todos aqueles que pensam na assimilação de não-europeus pela civilização europeia. [...] A convicção de que os seres humanos podem ser separados das suas histórias e tradições torna possível exortar à europeização do mundo Islâmico. E, de acordo com a mesma lógica, é subjacente à crença de que a *assimilação* dos imigrantes muçulmanos que já se encontram [...] na Europa pela civilização europeia é necessária e desejável. (Asad, 2003: 170)

Chegada ao fim da análise da cobertura dada pela imprensa às declarações do Cardeal Patriarca de Lisboa, julgo útil verbalizar uma pergunta eventualmente incómoda: existirá islamofobia em Portugal? Termino citando dois estudos. No primeiro, de Bruno Peixe *et al.* (2008), sobre “O racismo e xenofobia em Portugal (2001-2007)”, os autores escrevem o seguinte, a propósito do tema da existência ou não de islamofobia em Portugal:

No que concerne ao caso específico da islamofobia, os dados recolhidos indicam que a discriminação anti-islâmica é percebida pelas fontes consultadas como pouco significativa ou praticamente inexistente. Essa percepção parecer tornar o tema pouco relevante para os estudos académicos, os artigos de opinião e o debate público em geral. Porém, é possível que exista também uma causalidade inversa neste processo, ou seja, que a islamofobia seja vista como irrelevante porque não existe interesse no seu escrutínio nem mecanismos adequados para tal. (Peixe *et al.*, 2008: 19)

Num segundo estudo, de Edite Rosário, Tiago Santos e Sílvia Lima (2011), sobre “Discursos do racismo em Portugal”, no qual se seguiram metodologias centradas em grupos de discussão, os autores, depois de reiterarem a constatação da inexistência de estudos sobre a islamofobia em Portugal, dizem o seguinte:

Não será, contudo, de escamotear o que emerge dos vários discursos surgidos nos grupos de discussão no âmbito do presente estudo. Tal como poderemos ver adiante, em quase todos os grupos surgiram opiniões que corroboram a ideia da existência de uma essencialização e categorização de um Outro muçulmano, cujos contornos em muito coincidem com as crenças que sustentam a discriminação anti-islâmica no resto da Europa e nos Estados Unidos da América. (Rosário, Santos e Lima, 2011: 34)

Se, tal como van Dijk pensa e já foi referido,” os média medeiam entre o texto e o contexto” (cf. van Dijk, 1995), será útil proceder a estudos que possibilitem investigar se a inexistência de islamofobia em Portugal não constituirá também “uma fantasia dentro da fantasia”, nomeadamente, a fantasia do não-racismo em Portugal.

TERESA TOLDY

É pós-doutorada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, doutorada em Teologia pela Philosophisch–Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt, Alemanha), tendo obtido mestrado e licenciatura em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa. É docente na Universidade Fernando Pessoa (áreas da Ética, dos Estudos de Género e da Cidadania) e investigadora do CES, onde coordena o POLICREDOS – Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul. É ainda presidente da Associação Portuguesa de Teologias Feministas e vice-presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Contacto: toldy@ces.uc.pt

FONTES

NOTÍCIAS

Jornal *Expresso* (EXP):

“Cardeal Patriarca alerta jovens portuguesas para ‘montes de sarilhos’ de casarem com muçulmanos” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em <http://expresso.sapo.pt/religiao-cardeal-patriarca-alerta-jovens-portuguesas-para-montes-de-sarilhos-de-casarem-com-muculmanos-c-audio=f491694>.

“Comunidade Islâmica ‘magoada’ com D. José Policarpo” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em <http://expresso.sapo.pt/comunidade-islamica-magoada-com-d-jose-policarpo=f491854>.

“Conferência Episcopal diz que é ‘justo conselho’” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em <http://expresso.sapo.pt/conferencia-episcopal-diz-que-e-justo-conselho=f491722>.

“D. Jorge Ortiga: ‘Igreja não tem nada contra’ casamentos inter-religiosos” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em <http://expresso.sapo.pt/d-jorge-ortiga-igreja-nao-tem-nada-contra-casamentos-inter-religiosos=f491747>.

Jornal *Público* (P):

“Cardeal-Patriarca alerta portuguesas para riscos de casamentos com muçulmanos” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpublico.pt%2Fsociedade%2Fnoticia%2Fcardealpatriarca-alerta-portuguesas-para-riscos-de-casamentos-com-muculmanos-1356031&ei=wJIKUZbOKoaZhQfl_oGgDw&usg=AFQjCNEBpnzcxZVKYb6ykbGYpx2RfYocv&bvm=bv.41642243,d.d2k.

“Comunidade Islâmica de Lisboa ‘magoada’ com as palavras de José Policarpo” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&sqj=2&ved=0CEAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpublico.pt%2Fsociedade%2Fnoticia%2Fcomunidade-islamica-de-lisboa-magoada-com-as-palavras-de-jose-policarpo-1356109&ei=JEKUY7sGYXMhAfs3YCAAw&usg=AFQjCNGkhJyf_B6MJThOiiif5kRM5mioYtA&bvm=bv.41642243,d.d2k.

“Conferência Episcopal garante que Igreja ‘não tem nada contra’ casamentos inter-religiosos” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpublico.pt%2Fsociedade%2Fnoticia%2Fconferencia-episcopal-garante-que-igreja-nao-tem-nada-contra-casamentos-interreligiosos-1356052&ei=UJIKUYy9KIOWhQf4g4HgDQ&usg=AFQjCNER-k2JMuWJIDq_HBHaWL_CqdDWxg&bvm=bv.41642243,d.d2k.

Diário de Notícias (DN):

“Muçulmanos chocados com patriarca” (15.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1139070.

Jornal de Notícias (JN):

“Cardeal Patriarca alerta jovens portuguesas para ‘montes de sarilhos’ de casarem com muçulmanos” (14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1071462.

“Conselho do patriarca surpreende muçulmanos” (15.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.jn.pt%2FPaginainicial%2FSociedade%2FInterior.aspx%3Fcontent_id%3D1071995&ei=9JQKUenSP1q3hQeG5IHwDQ&usg=AFQjCNFdkHsHltiumy6HfOIxyLKkJyISA&bvm=bv.41642243,d.d2k.

Jornal Correio da Manhã (CM):

“Casar com muçulmanos é ‘monte de sarilhos’. Cardeal Patriarca de Lisboa alerta jovens”

(14.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em

<http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010&contentid=5DA21D09-5001-49ED-A947-60EDEB7338FD>.

“Bispos unidos no apoio ao Patriarca” (15.01.2009). Consultado a 05.01.2013, em

<http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000009-0000-0000-0000-000000000009&contentid=6B04E7BE-276D-432D-94F4-B28B863FFE6D>.

ARTIGOS DE OPINIÃO:

Sérgio de Andrade (27.01.2009), “Nem sempre o que é verdade deve dizer-se”, *Jornal de Notícias*.

Consultado a 05.01.2013, em

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1121314.

João Miranda (17.01.2013), “Crítica e Tolerância”, *Diário de Notícias*. Consultado a 05.01.2013,

em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1139174.

Inês Pedrosa (28.01.2009), “Cautela com os amores”, *Expresso*. Consultado a 05.01.2013, em

<http://expresso.sapo.pt/cautela-com-os-amores=f493411>.

Inês Pedrosa (13.02.2010), “Traçar a linha”, *Expresso*. Consultado a 05.01.2013, em

<http://expresso.sapo.pt/tracar-a-linha=f565180>.

EDITORIAL:

Henrique Monteiro (19.01.2009), “As indigestas palavras do cardeal”. Consultado a 05.01.2013,

em <http://expresso.sapo.pt/as-indigestas-palavras-do-cardeal=f492160>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asad, Talal (2003), *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press.

Bullock, Katherine (2002), *Rethinking Muslim Women and the Veil: Challenging Historical & Modern Stereotypes*. London: The International Institute of Islamic Thought.

Deltombe, Thomas (2005), *L’islam imaginaire: La construction médiatique de l’islamophobie en France, 1975-2005*. Paris: Éditions La Découverte.

Ehrkamp, Patricia (2010), “The Limits of Multicultural Tolerance? Liberal Democracy and Media Portrayals of Muslim Migrant Women in Germany”, *Space and Polity*, 14, 13-32.

Fekete, Liz (2008), *Integration, Islamophobia and Civil Rights in Europe*. London; Institute for Race Relations.

Fundación Trés Culturas del Mediterráneo (2010), *La imagen del mundo árabe y musulmán en la prensa española*. Sevilla: Fundación Trés Culturas del Mediterráneo.

- Geisser, Vicent (2004), "Islamophobia in Europe: from the Christian Anti-Muslim Prejudice to Modern Forms of Racism", in Ingrid Ramberg (Seminar Report), *Islamophobia and its consequences on Young People. European Youth Centre - Budapest*. Council of Europe: Directorate of Youth and Sport of the Council of Europe, 36-46.
- Hancock, Claire (2008), "Spatialities of the Secular Geographies of the Veil in France and Turkey", *European Journal of Women's Studies*, 15(3), 165-179.
- Hasan, Md. Mahmudul (2012), "Feminism as Islamophobia: A Review of Misogyny Charges against Islam", *Intellectual Discourse*, 20(1), 55-78.
- Joseph, Duad; D'Harlingue, Benjamim (2012), "The *Wall Street Journal's* Muslims: Representing Islam in American Print News Media", *Islamophobia Studies Journal*, 1, 131-162.
- Kassam, Ashifa (2008), "The Weak, the Powerless, the Oppressed: Muslim Women in Toronto Media", *Canadian Journal of Media Studies*, 4(1), 71-88.
- Lazar, Michelle M. (2007), "Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis", *Critical Discourse Studies*, 4(2), 141-164.
- Macdonal, Myra (2006), "Muslim Women and the Veil", *Feminist Media Studies*, 6(1), 7-23.
- Martín Muñoz, Gema (2005), "Mujeres musulmanas: entre el mito y la realidad", in Francisco Checa y Olmes (org.), *Mujeres en el camino: el fenómeno de la migración femenina en España*. Barcelona: Icaria, 193-220.
- Martín Muñoz, Gema (2010) "Unconscious Islamophobia", *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, 8(2), 21-28.
- Meer, Nasar; Modood, Tariq (2012), "For 'Jewish' Read 'Muslim'? Islamophobia as a Form of Racialisation of Ethno-Religious Groups in Britain Today", *Islamophobia Studies Journal*, 1, 34-53.
- Mohanty, Chandra Tapade (1991), "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses", in Chandra Tapade Mohanty; Ann Russo; Lourdes Torres (orgs.), *Third World and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 255-277.
- Navarro, Laura (2010), "Islamophobia and Sexism: Muslim Women in the Western Mass Media", *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, VIII(2), 95-114.
- Peixe, Bruno *et al.* (2008), "O racismo e xenofobia em Portugal (2001-2007)". Oeiras: Númena – Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Consultado a 20.03.2013, em http://www.amnistia-internacional.pt/files/Estudo_Racismo_Portugal.pdf .
- Poole, Elizabeth (2002), *Reporting Islam: Media Representations of British Muslims*. London: I.B. Tauriz.
- Razack, Sherene H. (2004), "Imperilled Muslim Women, Dangerous Muslim Men and Civilised Europeans: Legal and Social Responses to Forced Marriages", *Feminist Legal Studies*, 12, 129-174.
- Razack, Sherene H. (2007), "The 'Sharia Law Debate' in Ontario: The Modernity/Premodernity Distinction in Legal Efforts to Protect Women from Culture", *Feminist Legal Studies*, 15, 3-32.

- Richardson, John E. (2004), *(Mis)representing Islam. The Racism and Rhetoric of British Broadsheet Newspapers*. Philadelphia: John Benjamins Publ.
- Riggins, Stephen Harold (org.) (1997), *The Language and Politics of Exclusion. Others in Discourse*. London/ New Delhi: Sage Publications.
- Rosário, Edite; Santos, Tiago; Lima, Sílvia (2011), *Discursos do racismo em Portugal: Essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. Lisboa: ACIDI.
- Saïd, Edward (2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Livros Cotovia [2.ª edição].
- Sayyid, S. (2003), *A Fundamental Fear: Eurocentrism and the Emergence of Islamism*. London: Zed Books [2.ª edição].
- Shadid, W.; van Koningsveld, P.S. (2005), “Muslim Dress in Europe: Debates on the Headscarf”, *Journal of Islamic Studies*, 16(1), 35-61.
- Sian, Katy; Law, Ian; Sayyid, S. (2012), “The Media and Muslims in the UK”. Consultado a 15.01.2013, em <http://www.ces.uc.pt/projectos/tolerance/media/Working%20paper%205/The%20Media%20and%20Muslims%20in%20the%20UK.pdf>.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1994), “Can the Subaltern Speak?”, in Patrick Williams e Laura Chrisman (orgs.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*. Harlow: Longman,66-111..
- Tarlo, Emma (2010), *Visibly Muslim. Fashion, Politics, Faith*. Oxford: Berg.
- Tiesler, Nina Clara (2010), “No Bad News from the European Margin: The New Islamic Presence in Portugal”, *Islam and Christian–Muslim Relations*, 12(1), 71-91
- Toldy, Teresa (2008), ““Allah in Deutschland?„: Representações da comunidade islâmica na revista Der Spiegel”, *Comunicação, Mídia e Consumo*, 5(14), 33-53.
- Vakil, AbodoolKarim (2004a), “Do *Outro* ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades”, *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, 5/6, 283-312.
- Vakil, AbodoolKarim (2004b), “Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 17-52.
- Van Dijk, Teun A. (1991), *Racism and the Press*. London/New York: Routledge.
- Van Dijk, Teun A. (1995), “The Mass Media Today: Discourse of Domination or Diversity”, *Communication Beyond the Nation-State*, 2(2), 27-45.
- Van Dijk, Teun A. (2001), “Critical Discourse Analysis”, in Deborah Shiffrin; Deborah Tannen; Heidi E. Hamilton (orgs.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell Publishers, 352-371.
- Van Dijk, Teun A. (2006), “Discourse and Manipulation”, *Discourse & Society*, 17, 359-383.
- Van Dijk, Teun A. (2009), *Society and Discourse: How Social Contexts Influence Text and Talk*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Watt, Diane (2008), "Challenging Islamophobia Through Visual Media Studies: Inquiring Into a Photograph of Muslim Women on the Cover of Canada's National News Magazine", *Studies in Media & Information Literacy Education*, 8(2), 1-14.
- Yeğenoğlu, Meyda (1998), *Colonial Fantasies. Towards a Feminist Reading of Orientalism*. Cambridge: Cambridge University Press.